

CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ



Relatório e Contas do Exercício de 2019

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	913 885,84	945 402,77
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	2 510,78	2 027,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		916 396,62	947 430,55
Activo corrente			
Inventários	6	1 454,62	1 620,60
Créditos a receber	12.3	8 649,59	7 798,63
Estado e outros entes públicos	12.9	387,18	3 016,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	28 648,00	23 408,00
Diferimentos	12.5	2 387,39	1 823,06
Outros ativos correntes	12.4	35 673,12	18 692,92
Caixa e depósitos bancários	12.6	5 706,43	9 147,86
		82 906,33	65 507,08
Total do ativo		999 302,95	1 012 937,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	48 815,30	48 815,30
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.7	169 062,72	231 403,36
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	567 544,91	589 318,84
		785 422,93	869 537,50
Resultado líquido do período		2 647,54	-62 340,64
Total dos fundos patrimoniais		788 070,47	807 196,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	37 870,07	44 456,89
Estado e outros entes públicos	12.9	22 582,73	19 704,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	12.10	150 779,68	141 579,31
		211 232,48	205 740,77
Total do passivo		211 232,48	205 740,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		999 302,95	1 012 937,63

A Direcção

Sara Aposkew
Sara Aposkew

O responsável

Helder Coucal
Helder Coucal

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	255.048,56	242.226,28
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	595.402,35	561.240,86
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	50.359,53	56.201,49
Fornecimentos e serviços externos	12.12	85.751,73	84.773,31
Gastos com o pessoal	10	709.073,54	722.476,19
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	37.648,56	43.405,07
Outros gastos	12.14	8.747,36	14.452,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.167,31	-31.031,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	31.516,93	31.306,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.650,38	-62.337,94
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	2,84	2,70
Resultados antes de impostos		2.647,54	-62.340,64
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		2.647,54	-62.340,64

Sónia Agostinho
 Sónia Agostinho

Helder Gonçalves
 Helder Gonçalves

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900101 - Creche (Mart.)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	79.354,88	63.388,85
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	184.093,55	162.279,15
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	13.390,74	14.973,32
Fornecimentos e serviços externos	12.12	19.695,80	18.679,91
Gastos com o pessoal	10	213.580,78	217.720,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	6.977,80	7.205,25
Outros gastos	12.14	3.061,03	4.979,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.697,88	-23.480,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	8.107,88	7.992,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.590,00	-31.472,98
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,77	1,08
Resultados antes de impostos		12.589,23	-31.474,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		12.589,23	-31.474,06

Sandra Agostinho
 Sandra Agostinho

Helder Gonçalves
 Helder Gonçalves

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900103 - Pré-Escolar (Mart.)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	91.271,55	91.132,74
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	169.129,96	159.657,33
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	18.422,34	20.139,58
Fornecimentos e serviços externos	12.12	28.984,60	29.351,04
Gastos com o pessoal	10	215.031,86	234.828,51
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	10.219,76	10.512,74
Outros gastos	12.14	4.415,84	9.018,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.766,63	-32.035,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	12.344,65	12.178,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.578,02	-44.214,07
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	1,02	1,62
Resultados antes de impostos		-8.579,04	-44.215,69
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-8.579,04	-44.215,69

Sérgio Viveiros *Presidente*

Helder Concelos

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900111 - Creche LNH

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	84.422,13	87.704,69
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	215.778,84	207.404,38
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	18.546,45	21.088,59
Fornecimentos e serviços externos	12.12	29.330,13	28.582,98
Gastos com o pessoal	10	280.460,90	269.927,01
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	12.261,41	16.281,60
Outros gastos	12.14	1.270,49	318,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-17.145,59	-8.526,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	10.667,23	10.718,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27.812,82	-19.245,18
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	1,05	0,00
Resultados antes de impostos		-27.813,87	-19.245,18
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-27.813,87	-19.245,18

Carla Divino *for* *Sone Apóstolo*

Helena Coucho

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9009 - Sede

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	26.400,00	31.900,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.12	7.741,20	8.159,38
Gastos com o pessoal	10	0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	8.189,59	9.405,48
Outros gastos	12.14	0,00	135,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.848,39	33.010,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	397,17	415,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.451,22	32.594,29
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		26.451,22	32.594,29
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		26.451,22	32.594,29

Sérgio Oliveira *João Sáez Aguiar*

Helena Gonçalves

Entidade: CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
método directo			
Fluxos de caixa das actividades Operacionais			
- Recebimentos de clientes e utentes		237 017,40 €	238 579,87 €
- Pagamentos de subsídios			
- Pagamentos de apoios			
- Pagamentos de bolsas			
- Pagamentos a fornecedores		- 143 898,88 €	- 113 407,62 €
- Pagamentos ao pessoal		- 695 992,46 €	- 701 042,50 €
Caixa gerada pelas operações ...		- 602 873,94 €	- 575 870,25 €
- Pagam./recebim. do imposto s/ rendimento			
- Outros recebimentos/pagamentos		599 912,67 €	573 282,44 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		- 2 961,27 €	- 2 587,81 €
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Activos fixos tangíveis			
- Activos intangíveis			
- Investimentos financeiros		- 483,00 €	- 660,23 €
- Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
- Activos fixos tangíveis			
- Activos intangíveis			
- Investimentos financeiros			
- Outros activos			
- Subsídios ao investimento			
- Juros e rendimentos similares			
- Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 483,00 €	- 660,23 €
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamentos obtidos			
- Realizações capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Cobertura de prejuízos			
- Doações			
- Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamentos obtidos			
- Juros e gastos similares		2,84 €	- 2,70 €
- Dividendos			
- Reduções de capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2,84 €	2,70 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		3 441,43 €	3 250,74 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		9 147,86 €	12 398,60 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		5 706,43 €	9 147,86 €

Saneamento
 Saneamento
 A Direção

Helder Costa
 OCC

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ

**Anexo
2019**

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Inventários	13
7	Rédito	14
8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	15
12.1	Investimentos Financeiros	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Créditos a receber	16
12.4	Outros ativos correntes.....	17
12.5	Diferimentos	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.7	Fundos Patrimoniais.....	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
12.10	Outros passivos correntes.....	18
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	19
12.13	Outros rendimentos.....	19
12.14	Outros gastos	19
12.15	Resultados Financeiros.....	20
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

1 Identificação da Entidade

A “CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 180/97 de 6 de Agosto, Série III, com sede em Rua João de Barros, N.º 1 - Lourinhã. Tem por finalidade e objetivos principais a criação e manutenção de obras de âmbito social e cultural com a participação dos interessados, designadamente nos setores da Infância, Juventude e Terceira Idade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Creches, Jardins de Infância e A.T.L.
- b) Centros de Dia
- c) Lares para Idosos
- d) Apoio Domiciliário
- e) Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, informa que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.487,91					51.487,91
Edifícios e outras construções	1.440.830,75					1.440.830,75
Equipamento básico	17.798,28					17.798,28
Equipamento de transporte	4.249,98					4.249,98
Equipamento administrativo	248.431,13	1.266,90				249.698,03
Outros Ativos fixos tangíveis	50.546,81	1.821,63				52.368,44
Total	1.813.344,86	3.088,53	0,00	0,00	0,00	1.816.433,39
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	524.872,13	28.920,57				553.792,70
Equipamento básico	14.057,35					14.057,35
Equipamento de transporte	1.487,50	425,00				1.912,50
Equipamento administrativo	249.120,89	1.442,46				250.563,35
Outros Ativos fixos tangíveis	50.186,17	518,55				50.704,72
Total	839.724,04	31.306,58	0,00	0,00	0,00	871.030,62

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51.487,91					51.487,91
Edifícios e outras construções	1.440.830,75					1.440.830,75
Equipamento básico	17.798,28					17.798,28
Equipamento de transporte	4.249,98					4.249,98
Equipamento administrativo	249.698,03					249.698,03
Outros Activos fixos tangíveis	52.368,44					52.368,44
Total	1.816.433,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.816.433,39
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	553.792,70	28.920,57				582.713,27
Equipamento básico	14.057,35					14.057,35
Equipamento de transporte	1.912,50	425,00				2.337,50
Equipamento administrativo	250.563,35	1.352,78				251.916,13
Outros Activos fixos tangíveis	50.704,72	818,58				51.523,30
Total	871.030,62	31.516,93	0,00	0,00	0,00	902.547,55

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.774,54	51.047,55	0,00	1.620,60	50.193,55	0,00	1.454,62
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	6.774,54	51.047,55	0,00	1.620,60	50.193,55	0,00	1.454,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				56.201,49			50.359,53
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	249.305,30	234.794,18
Serviços secundários	5.743,26	7.432,10
Total	255.048,56	242.226,28

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, não existiram provisões.

Passivos / Ativos contingentes

Nos períodos de 2018 e 2019, não existiram passivos nem ativos contingentes .

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2018
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	580.380,76	541.065,86
Infância e Juventude	542.515,76	529.003,74
Creche	399.488,76	369.467,77
Pré-Escolar	143.027,00	150.651,17
Compensação Financeira Educadoras	25.865,00	8.884,80
Utilização das n/Instalações - Renda	12.000,00	12.000,00
IEFP	396,59	62,12
Estágio Profissional	0,00	0,00
CEI	396,59	62,12
Apoios do Governo		
Autarquia	14.625,00	20.175,00
Total	595.402,35	561.240,86

Na rubrica subsídios do ISS – Centro Distrital, consta o valor de 25.865,00 euros, referente à compensação financeira do diferencial remuneratório 2018/2019, que irá ser recebido entre janeiro e dezembro de 2020, estando relevado na conta devedores por acréscimos de rendimentos conta 27216.

Os subsídios do IEFP dizem respeito à medida contrato emprego-inserção.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente “5” e “5”. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de “48” e em 31/12/2018 foi de “51”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	570.232,25	583.475,93
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.424,88	4.263,80
Encargos sobre as Remunerações	126.172,01	129.568,26
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.355,28	3.818,20
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.889,12	1.350,00
Total	709.073,54	722.476,19

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2.510,78	2.027,78
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.510,78	2.027,78

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	28.585,00	23.40800
Doadores - em curso	63,00	0,00
Total	28.648,00	23.408,00
Passivo		
Total	0,00	0,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	7.660,59	6.094,76
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	29.218,12	29.932,99
Total	36.878,71	36.027,75

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Cientes		
Utentes	-28.229,12	-28.229,12
Total	-28.229,12	-28.229,12

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.865,00	8.884,80
Outros Devedores	9.808,12	9.808,12
Total	35.673,12	18.692,92

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.387,39	1.823,06
Total	2.387,39	1.823,06
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	858,03	499,81
Depósitos à ordem	4.848,40	8.648,05
Total	5.706,43	9.147,86

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	48.815,30	0,00	0,00	48.815,30
Resultados transitados	231.403,36	0,00	-62.340,64	169.062,72
Outras variações nos fundos patrimoniais	589.318,84	0,00	-21.773,93	567.544,91
Total	869.537,50	0,00	-84.114,57	785.422,93

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	37.870,07	44.456,89
Total	37.870,07	44.456,89

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Fundos Compensação (FCT/FGCT)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	387,18	3.016,01
Total	387,18	3.016,01
Passivo		
Retenções s/ trabalho dependente	4.219,00	2.813,00
Retenções s/ trabalho independente	17,94	27,35
Fundos Compensação (FCT/FGCT)	58,58	56,44
Segurança Social	18.287,21	16.807,78
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	22.582,73	19.704,57

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		699,25		1.212,95
Adiantamentos de Utentes		0,00		200,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		149.210,04		138.725,72
Outros credores		870,39		1.440,64
Total	0,00	150.779,68	0,00	141.579,31

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	595.402,35	561.240,86
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	595.402,35	561.240,86

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	37.891,19	33.950,01
Materiais	1.275,48	708,72
Energia e fluidos	20.537,40	26.306,51
Deslocações, estadas e transportes	7,90	0,50
Serviços diversos	7.541,96	6.608,49
Encargos com utentes	18.497,80	17.199,08
Total	85.751,73	84.773,31

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	37,01
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	1.935,00
Outros rendimentos e ganhos	37.648,46	41.433,06
Total	37.648,56	43.405,07

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	0,00	0,13
Outros Gastos e Perdas	8.747,36	14.452,45
Total	8.747,36	14.452,58

Na Rubrica outros gastos e perdas estão contabilizadas na conta 68812 (correções de exercícios anteriores – Reposição de acordos ISS), as reposições do ISS – Centro Distrital relativos ao ano de 2018, no valor de 5.271,02 euros.

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,84	2,70
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2,84	2,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-2,84	-2,70

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

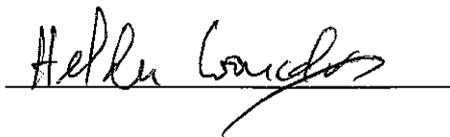
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

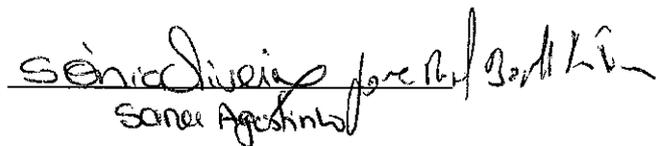
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela direção em 29 de junho de 2020.

Lourinhã, 29 de junho de 2020

O Contabilista Certificado



A Direção


Sónia Agostinho

CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ

sem H/d
fatur

Demonstração de Resultados por Resposta Social - 2019

Conta	Descrição	Respostas Sociais da Infância				Totais	Ano Anterior	Variação %
		Creche - Marteleira	Pré Escolar - Marteleira	Creche - Lourinhã	Sede			
61	Consumos	13 390,74	18 422,34	18 546,45	0,00	56 201,49	-10%	
62	Fornecimentos e Serviços	19 695,80	28 984,60	29 930,13	7 741,20	84 773,31	1%	
63	Gastos c/ Pessoal	213 580,78	215 031,86	280 460,90	0,00	709 073,54	-2%	
64	Gastos de depreciação e amortização	8 107,88	12 944,65	10 667,23	397,17	31 306,58	1%	
65	Perdas por Inapropriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
68	Outros gastos e Perdas	3 061,03	4 415,84	1 270,49	0,00	14 462,58	-39%	
69	Gastos e Perdas de Financiamento	0,77	1,02	1,05	0,00	2,70	5%	
	TOTAL	257 837,00	279 200,31	340 276,25	8 138,37	885 451,93	-3%	
72	Prestações de Serviços	79 354,88	91 271,55	84 422,13	0,00	242 226,28	5%	
75	Subsídios, doações e legados Exploração	184 093,55	189 129,96	215 778,84	26 400,00	561 240,86	6%	
	ISS, IP - CENTRO DISTRITAL	183 859,92	168 892,00	215 628,84	12 000,00	580 380,76	7%	
78	Outros Rendimentos e Ganhos	6 977,80	10 219,76	12 261,41	8 189,59	43 405,07	-13%	
	Imputação Subsídios	4 934,14	7 401,22	8 816,18	622,39	21 773,93	0%	
	TOTAL	270 426,23	270 621,27	312 462,38	34 689,59	868 099,47	5%	
	Resultado Líquido	12 589,23	-8 579,04	-27 813,87	26 451,22	-62 340,64	-104%	
	Cash-Flow Líquido = (R. Líquido + Depreciações - Imputação Subsídios)	15 762,97	-3 635,61	-25 962,82	26 226,00	-52 807,98	-123%	

	Creche - Marteleira	Pré Escolar - Marteleira	Creche - Lourinhã
N.º Médio Utentes Valência	54	64	64
Total de Custo Anual	257 837,00	279 200,31	340 276,25
Total de Custos Mensais	21 486,42	23 266,69	28 356,35
Custo Mensal por Criança	397,90	363,54	443,07

Mensalidade Média por Criança	122,46	118,84	109,92
Participação média ISS	283,73	219,91	280,77
Total de receita por Criança	406,20	338,75	390,69
Excedente/Defice por Criança	8,30	-24,79	-52,38

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2019

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da **CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ**, submetemos à apreciação dos associados, o presente **RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS** referente ao ano de **2019**.

De referir que o presente relatório diz respeito ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

A atividade da Instituição evoluiu de forma favorável no exercício de 2019, na medida em que foi obtido um resultado positivo de 2.647,54 €, traduzindo-se num Cash Flow positivo de 12.390,54 €, ou seja a instituição aumentou o seu ativo de curto prazo em 17.399,25 €, diminuiu o ativo de médio e longo prazo no valor de 31.033,93 € e aumentou o seu passivo de curto prazo em 5.491,71 €.

Todos os indicadores de curto prazo tiveram uma evolução um pouco satisfatória no entanto continuam a demonstrar que a tesouraria da Instituição não se encontra equilibrada, uma vez que os ativos de curto prazo só cobrem 39,2% do passivo de curto prazo.

A instituição não se encontra equilibrada financeiramente, uma vez que os capitais permanentes são insuficientes para o financiamento dos ativos a médio e longo prazo, não existindo fundo de maneiio na instituição.

ANALISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os rendimentos totais obtidos em 2019 foram na ordem dos 888.099,47 €, os quais aumentaram 4,9%, em relação ao ano anterior.

Os gastos totais suportados em 2019 foram na ordem dos 885.451,93 €, os quais diminuíram 2,6% em relação ao ano anterior.

Na valência Creche - Marteleira o resultado apurado foi positivo no valor 12.589,23 €. Os rendimentos anuais aumentaram 16,1% em relação ao ano anterior e ascenderam a 270.426,23 €. Os gastos anuais diminuíram 2,5% e ascenderam a 257.837,00 €, dos quais destacamos os consumos no valor de 13.390,74 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 19.695,80 €, os gastos com o pessoal no valor de 213.580,78 €, as depreciações no valor de 8.107,88 € e os outros gastos e perdas no valor de 3.061,03€.

Na valência Pré Escolar - Marteleira o resultado apurado foi negativo no valor 8.579,04 €. Os rendimentos anuais aumentaram 3,6% em relação ao ano anterior e ascenderam a 270.621,27 €. Os gastos anuais diminuíram 8,6 % e ascenderam a 279.200,31 €, dos quais destacamos os consumos no valor de 18.422,34 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 28.984,60 €, os gastos com o pessoal no valor de 215.031,86 €, as depreciações no valor de 12.344,65 € e os outros gastos e perdas no valor de 4.415,84€.

Na valência Creche - Lourinhã o resultado apurado foi negativo no valor 27.813,87 €. Os rendimentos anuais aumentaram 0,3% em relação ao ano anterior e ascenderam a 312.462,38 €. Os gastos anuais aumentaram 2,9 % e ascenderam a 340.276,25 €, dos quais destacamos os consumos no valor de

CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ

18.546,45 €, os fornecimentos e serviços externos no valor de 29.330,13 €, os gastos com o pessoal no valor de 280.460,90 €, as depreciações no valor de 10.667,23 € e os outros gastos e perdas no valor de 1.270,49€.

Na valência sede o resultado apurado foi positivo no valor 26.451,22 €. Os rendimentos anuais diminuíram 16,30% em relação ao ano anterior e ascenderam a 34.589,59 €. Os gastos anuais diminuíram 6,6 % e ascenderam a 8.138,37 €, dos quais destacamos, os fornecimentos e serviços externos no valor de 7.741,20 €, as depreciações no valor de 397,17 € .

A Instituição em 31 de Dezembro detém em seu poder os seguintes ativos (bens e direitos):

- Ativos Fixos Tangíveis no valor de total de 913.885,84 €
- Investimentos Financeiros no valor de 2.510,78 €
- Inventários no valor de 1.454,62 €
- Créditos a Receber no valor de 8.649,59 €
- Estado e Outros Entes Públicos no valor de 387,18 €
- Fundadores/Beneméritos/Doadores no valor de 28.648,00 €
- Diferimentos no valor de 2.387,39 €
- Outros Ativos Correntes no valor de 35.673,12 €
- Dinheiro e depósitos bancários no valor de 5.706,43 €

A Instituição em 31 de Dezembro detém as seguintes passivos (obrigações):

- Fornecedores no valor de 37.870,07 €
- Estado e Outros entes Públicos no valor de 22.582,73 €
- Outros passivos correntes no valor de 150.779,68 € (férias dos empregados referentes ao ano de 2019 a gozar em 2020 no valor de 104.632,51 Euros)

INVESTIMENTOS

No ano de 2019 não foram realizados quaisquer investimentos.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, a instituição entrou em layoff no dia 8 de abril, devido à situação epidemiológica relacionada com a COVID-19.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A direção considera que os resultados a obter pela instituição não serão animadores, a COVID-19 tem tido um efeito negativo na economia e por conseguinte na atividade da instituição, uma vez que fomos forçados a entrar em layoff desde o dia 8 de abril, ou seja iremos ter uma quebra acentuada nos rendimentos relativos à exploração da atividade.

É previsível a muito curto prazo alguma melhoria das participações da segurança social, face à estagnação que se verifica nos últimos anos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

A Direção propõe que o resultado do período positivo do exercício de 2019, no valor de 2.647,54 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 2.647,54 €

NOTA FINAL

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

A todos os trabalhadores e voluntários que contribuíram para o desempenho da Instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ

Lourinhã, 29 de junho de 2020

A Direção,
Sónia Oliveira
João Botelho
Saneamento

**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

DA

**CASA DO POVO DO
CONCELHO DA LOURINHÃ**

EXERCICIO DE 2019

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V. Exas. o parecer sobre o Relatório de Gestão da “CASA DO POVO DO CONCELHO DA LOURINHÃ” subscrito pela direção e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço Analítico, a Demonstração de Resultados Líquidos, o correspondente Anexo e a Demonstração de Fluxos de Caixa, referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

Acompanhámos ao longo do exercício a atividade da Instituição com a regularidade considerada necessária e obtivemos as informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pela direção, bem como o Balanço e a Demonstração de Resultados, que foram objeto de verificação quanto à forma e conteúdo, mostram com clareza a situação financeira da Associação e, a sua evolução no exercício de 2019, apresentando no Balanço um Ativo de 999.302,95 €, um Passivo de 211.232,48 € e Fundos Patrimoniais de 788.070,47 €, na Demonstração de Resultados são apresentados Gastos de 885.451,93 € e Rendimentos de 888.099,47 €, resultando num resultado positivo de 2.647,54 €.

O relatório apresentado pela direção caracteriza a actividade desenvolvida e perspetiva a evolução previsível da Instituição.

Tendo em consideração a Certificação Legal de Contas e as considerações atrás expostas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pela direcção.
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado apresentada pela direcção.

Por último, pretendemos expressar à direcção o reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lourinhã, 29 de Junho de 2020

Presidente do Conselho Fiscal

Dona Agostinho